

## **EM DIREÇÃO AO SÍNODO PAN-AMAZÓNICO**

### **CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA ARTE DOS MODELOS DE SUSTENTABILIDADE**

#### **1.- Introdução**

As mudanças estruturais que requer a economia para se desenvolver, passam pelo desenvolvimento da sociedade, consonante com a formulação de uma ética que constitua o paradigma das sociedades, substanciadas no desenvolvimento sustentável. As ideias sobre o Desenvolvimento Sustentável afetam todas as pessoas, aos níveis locais e globais. A sua “modernização” tem fundamento e relaciona-se com as questões de equidade e justiça social, ao mesmo tempo que a concorrência entre capitalismo e comunismo, inculca no desenvolvimento económico a envolvente social. Por isso mesmo, quando se pretende avaliar o impacto da sustentabilidade nas relações comerciais existe o perigo da utilização, na Organização do Comércio, de metodologias simplistas (Pirages, 1977; Pearce & Atkinson, 1993; Harris, 2000; Lee & Kirkpatrick, 2001).

A análise da norma ISO 14 001, a Avaliação do Ciclo de Vida, as Melhores Tecnologias Disponíveis e a Pegada Ecológica, como vertentes que são sustentadas por uma boa aceitação mundial, para a gestão e o acompanhamento sustentável, colocam como fundamentais cinco níveis durante o planeamento do desenvolvimento sustentável: a constituição do sistema, tendo em consideração a ecologia e os princípios sociais, os resultados e processos favoráveis, os princípios para a sustentabilidade e os recursos usados, incluindo a biosfera e a ecosfera (Bobèrt et. al, 2001).

No sentido da necessidade da avaliação dos impactos, das estratégias e políticas do Desenvolvimento Sustentável, quem detém a decisão política e os seus decisores, devem colocar-se na procura das várias abordagens modelares sobre a economia, o ambiente e o social, que podem ser ou não mais adequados, nos vários contextos da sociedade. São reflexões necessárias sobre as descrições e avaliações concetuais inerentes ao Desenvolvimento Sustentável e o seu próprio conceito. A comunhão entre e eficiência e a equidade, nos três aspetos, económicos, sociais e ambientais, pactuam além do conceito, também o contexto, a investigação académica e a geopolítica, como interligações complexas, mas que podem dar origem ao bem-estar, num sistema como um todo integrado. (Boulanger & Bréchet, 2005; Remigijus et al, 2009).

Analisar o Desenvolvimento Económico Sustentável, será colocar o epicentro nas políticas holísticas ecológicas, a sua colocação comunitária e a legitimidade institucional,

sem as quais não existe desenvolvimento; alguns princípios mesmo que chamados de adicionais, como a diversidade económica e a solidariedade, esta como uma unidade social e económica, para uma inter-relação no seio das comunidades, e isso faz-se, necessariamente, com empregos com salários que permitam viver. O Desenvolvimento Sustentável não se fará unicamente com um vetor económico, mas, também, social, ambiental e cultural, tanto ao nível local, como global, por que depende de uma participação das pessoas e do seu património. O diálogo intercultural, formação da identidade de um determinado território, é dinamizador da coesão social, na qual a cultura está incorporada. Quando a cultura se encontra incorporada representa um potencial de desenvolvimento, por que na sua latitude e conjuntamente com o património é um valor e fonte do desenvolvimento, sem a qual este não se dará (Underwood et al, 2015; Hribar et al, 2015).

Assim, quando se fala em Desenvolvimento Sustentável, será ele possível em todos os sistemas económicos? Será que existem vários modelos de sustentabilidade? Será que nos modelos políticos que são conhecidos se podem desenvolver harmoniosamente a economia, o ambiente, o social e o cultural, para que exista uma inclusão de todas as pessoas? Será que sobre o contexto da sustentabilidade se assentam todas as políticas sociais e políticas? A apresentação das diversas opiniões que se colocam, assim como a prospetiva de outras é o que dispomos a apresentar neste trabalho, como contributo para uma leitura mais consistente do que é o Desenvolvimento Sustentável e as suas relações Ecológicas.

**Tabela 1. 1– Autores e resumo usados na Introdução**

<b>Ano</b>	<b>Autor</b>	<b>Resumo dos Autores</b>
1993	Pearce & Atkinson	O Desenvolvimento Sustentável é o desenvolvimento da sociedade, uma necessidade ética e existem vários modelos.
1977	Pirages	O desenvolvimento económico requer mudanças estruturais.
2000	Harris	O Desenvolvimento Sustentável afeta todas as pessoas aos níveis locais e globais e tem de existir equidade e justiça social.

Ano	Autor	Resumo dos Autores
2001	Bobèrt et al	A análise da norma ISO 14001, a Avaliação do Ciclo de Vida, as Melhores Tecnologias Disponíveis e a Pegada Ecológica, propõem uma gestão sustentável.
2001	Lee e Kirkpatrick	A Organização do Comércio deverá sempre avaliar sustentadamente o impacto da sustentabilidade, nas relações comerciais.
2005	Boulangier & Bréchet	Os decisores políticos devem avaliar os impactos das estratégias e políticas do desenvolvimento sustentável, sobre a economia, o ambiente e o social.
2009	Remigijus et al	Existe combinação entre eficiência e equidade nos aspetos económicos, sociais e ambientais, onde também pactuam além do conceito o contexto, a investigação académica e a geopolítica, com as suas interligações complexas, para o bem-estar, o que dará origem a um sistema” como um todo integrado.
2015	Hribar et al	O desenvolvimento sustentável não é só económico, mas social, ambiental e cultural, tanto ao nível local, como global, dependente da participação das pessoas.
2015	Underwood et al	Analisa o desenvolvimento económico sustentável e as políticas holísticas ecológicas.

## 2 – Objetivos

Objetivos deste trabalho:

- Fornecer estudo detalhado sobre os vários modelos da Sustentabilidade;
- Verificar se os vários modelos apresentados contribuem para o desenvolvimento ecológico da Sustentabilidade.

### **3 - Modelos de Sustentabilidade**

#### **3.1 – O Modelo Liberal e Neoliberal**

No Modelo Liberal e Neoliberal o Desenvolvimento Sustentável é seriamente prejudicado, dado que os regimes liberais ou neoliberais, principalmente nos países em vias de desenvolvimento, nos seus princípios e essência assumem uma Sustentabilidade, cuja política é ditada pelo crescimento económico, pelo que é uma imitação da Sustentabilidade. Assumem que a definição de Sustentabilidade da Comissão Brundtland é e virada para o crescimento económico, não encontrando nela qualquer preocupação social, nomeadamente com os mais pobres e distribuição equitativa. A incapacidade de denotar interesse com a destruição ambiental e integrar as questões demográficas, sem, no entanto, reconhecer alguns avanços significativos que se verificam na definição de Brundtland. Por outro lado, analisa e conclui que a dicotomia Estado- Mercado, no qual o mercado assumiria uma importância fundamental, não tem sido verificável, pelo que o capitalismo popular, a democracia do mercado, promovendo a cultura do consumismo, do individualista, do particular e não do desenvolvimento cultural e socio- económico (Haque, 1999).

A questão de maior interrogação é procurar saber se o Desenvolvimento Sustentável se coaduna ou não com o sistema capitalista. Não será, porque neste sistema não é imperativo, como no Desenvolvimento Sustentável, confluir a questão do valor económico com o valor ambiental. Destacando-se três tipos de economia: a industrial, a funcional e a circular; a primeira, que se atesta como um consumo elevado de recursos, possui na sua génese a insustentabilidade; no entanto, quanto às economias funcional e circular, poderão ser referidas como complementares, e uma saída para o capitalismo, na senda dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Em resumo, a economia funcional coloca o fulcro na “gestão dos ativos” e a sua utilização, enquanto a “circular” se preocupa com os resíduos gerados, para serem reutilizados, ou seja, do “berço-ao-berço” enquanto a primeira é do “berço-ao-berço”. Os casos que se apresentam são exemplos destes dois de economias, sem saírem do sistema liberal ou neoliberal: a Carrier, Schindler, Rank Xerox, Michelin, Electrolux, DuPont, Dow Chemicals, Caterpillar, ou seja, o que poderemos chamar de um capitalismo eco-responsável (Lambin, 2009).

A economia circular constitui uma contribuição para a Sustentabilidade dos sistemas industriais, como se verifica na Alemanha, Japão e China, sem deixarem o liberalismo económico. Comparando estes países, apresentam critérios para o “sucesso” das

iniciativas: melhorar a ecoeficiência, desde que a posição do lucro seja sustentada, sem que se prejudique os concorrentes, no sentido que o valor económico acrescentado possa melhorar o desempenho ambiental. Uma melhoria que é eco industrial e que tem levado na China à circularidade da economia (Mathews & Tan., 2011).

A importância do desenvolvimento de produtos e processos na promoção de sinergias, entre as dimensões ecológica, económica e social da sustentabilidade, constitui um importante papel dinamizador da indústria. Uma revisão abrangente da literatura, variando de 2000 a 2015, realizada em vários estudos na indústria revelam que a relação entre Sustentabilidade e Indústria são necessários, dado que os problemas específicos da indústria permanecem em grande parte sem solução, como a inovação e a produtividade (Hansmann et al., 2012; Rajeev et al., 2017).

Analisando, agora, as relações entre o neoliberalismo e o mundo e mais concretamente entre o neoliberalismo e a natureza, principalmente com os “não-humanos”, seres vivos e abióticos, existem efeitos negativos. No entanto, considera-se que existem variados tipos de neoliberalismo, pelo que se torna necessário uma substancial pesquisa sobre o seu papel face à natureza, especialmente atendendo ao pendor geográfico de cada tipo de neoliberalismo. O neoliberalismo sendo o mais poderoso projeto político, mas não hegemónico, possui várias vias tornando-se mais amável e delicado, depois de várias falhas e tem demonstrado uma exploração em questões ambientais e algum diálogo com o ambiente. No entanto, mesmo assim, para o neoliberalismo as situações ambientais não são mais que uma mercadoria, e a natureza não é produzida para venda (Castree, 2006; McCarthy & Prudham, 2004).

Thomas Piketty, no seu livro “O Capital no século XXI”, sustenta a existência de uma pirâmide em que 0,7% de pessoas representam 44% da riqueza e 77% detêm 2,9% da mesma, e estão na base da pirâmide, e que a sua teoria não é a cura para a sociedade, nem para o desenvolvimento. Tanto mais que no seu livro se esquece da correlação entre a economia e a natureza, e acredita num sistema económico sem entradas de recursos naturais e sem saída de recursos naturais, o que não partilha. A demonstração que Piketty escreve de que a Curva Kuznets se verifica, não constitui uma verdade, dado que o aumento da desigualdade, não se verificará com o aumento do rendimento *per capita*. A “Curva Ambiental de Kuznets” demonstra que dentro do Desenvolvimento Sustentável existe uma sua relação de U-invertido para as variáveis de CO2 e taxa de mortalidade e de “U” para as que referem que os défices decrescem com os aumentos de rendimentos

*per capita* dos países, e depois aumentam, e assim sucessivamente, o que depende das políticas sociais implementadas, mas tal não está de acordo com o Desenvolvimento Sustentável. Portanto, o aumento das desigualdades, verifica-se com o fraco rendimento *per capita*. (Arraes, et al, 2006; Falconi, 2015).

A base do capitalismo, nos modelos liberais e neoliberais, é o crescimento do consumo, o que desenvolve nas pessoas, desde a idade infantil, valores consumistas, até à exaustão, e isso não concorda com a Sustentabilidade e consciência ambiental. Mas Piketty (2013), no livro citado, considera que a natalidade depende de condições culturais, económicas, psicológicas e íntimas e que os países deverão criar condições de conciliação entre a vida familiar e profissional, incluindo a igualdade de género. Defendendo um “estado social” propõe um imposto progressivo sobre o rendimento, para que o capitalismo possa retomar o seu domínio. Considera que o lugar para a economia é ao lado da história, sociologia, antropologia, política e tantas outras, primado do domínio capitalista (Wilkinson, 2016).

A relação entre o neoliberalismo e a cultura, apesar daquele modelo se dizer de neutralidade-etno-cultural, o que a sua aplicação prática reflete é aumentar a exclusão a todos os níveis, incluindo a cultura. O renascimento dos nacionalismos europeus contradiz uma globalização assente no Desenvolvimento Sustentável e conducente a tensões de índole cultural, com uma programação cognitiva capaz de justificar as condições atuais de austeridade. O controlo do capital reprime os movimentos sociais e culturais, delapidando a cultura dos povos. Mesmo o modelo corporativo é uma necessidade no campo dos negócios e sociedade, e mesmo tendo em consideração que a responsabilidade social deve ser uma responsabilidade, denota uma apetência de conservação do lucro em detrimento das pessoas e seu desenvolvimento (Skouloudis & Evangelinos, 2012; Duroy, 2014).

Streit (2014) analisa Leonardo Boff e o seu livro “La sostenibilidad – Qué és y qué nos es”, como o fracasso do socialismo real impõe o capitalismo que ganha força sendo a riqueza distribuída por um número pequeno de países e de pessoas, aumentando a desigualdade global. Neste livro Boff (2013) denuncia aquilo que chama sustentabilidade retórica, neocapitalismo ou capitalismo natural, como modelos que tentam impressionar como estão em relação com a natureza, quando o que se verifica é uma reserva de recursos para fins económicos, e que não respeita o ser humano a sua vitalidade e a sua integridade.

**Tabela 2. 1**– Resumo dos autores citados – Os Modelos Liberal- Neoliberal

Ano	Autor	Resumo
1999	Haque	O neoliberalismo contradiz o desenvolvimento sustentável, por que se apresenta sempre com o cariz económico
2004	McCarthy & Prudham	O neocapitalismo está a tornar-se mais simpático.
2006	Castree	Torna-se possível uma relação entre o capital e a natureza, pelo que o capitalismo é possível.
2006	Arraes et al	Os défices decrescem com o aumento do rendimento <i>per capita</i> , o que não está de acordo com a sustentabilidade.
2009	Lambin	Refere a economia circular como uma saída para os valores económico e ambiental.
2011	Mathews & Tan	A economia circular é a solução.
2012	Hansmanna et al	Refere três aspetos importantes, a economia, o social e o ambiente, para o desenvolvimento e uma educação inclusiva.
2012	Skouloudis,& Evangelinos,	Defende o desempenho social corporativo, defendendo a responsabilidade social.
2013	Boff	O capitalismo ou o neocapitalismo, são nada mais que uma sustentabilidade retórica.
2013	Piketty	O capitalismo deve retomar a sua trajetória, com estado social, igualdade de género e impostos progressivos.
2014	Streit	O socialismo real é um fracasso pelo que o capitalismo ganha espaço.
2014	Duroy	O neoliberalismo exclui a cultura.

Ano	Autor	Resumo
2015	Falconi	Na teoria exposta por Piketty não existe nenhuma relação entre economia e natureza.
2016	Wilkinson	O capitalismo é “valores consumistas”, está em desacordo com o desenvolvimento sustentável.

### 3.2 – Os Modelos Verdes e Azuis

O PNUMA – Programa da Nações Unidas para o Meio Ambiente (2011), define a economia verde como aquela que resulta em melhoria do bem-estar, reduz os riscos ambientais, é socialmente inclusiva e gera empregos.

A economia verde é um caminho que o capitalismo engendrou para sobreviver dos desastres económico, social e ecológico. Também os princípios das economias ambiental, ecológica e circular, resíduos e outras ferramentas como o ciclo de vida ou a análise custo-benefício, que constituem a base da economia verde, são chavões usados ao serviço de interesses políticos conservadores. Por outro lado, constituem um benefício para caminhar em direção à Sustentabilidade, por que melhor asseguram os recursos naturais e a criação de novas oportunidades económicas. Mas, mesmo assim, deve ser questionado o seu percurso, de tal forma que não se desvie dos princípios do Desenvolvimento Sustentável (Arruda, 2016; Loiseau et al.,2016).

Se nos situarmos na aplicação da economia verde no Reino Unido, mais concretamente no setor da construção civil, a legislação específica é criticável negativamente, dado que retira a iniciativa aos privados, no progresso de construção de edifícios verdes. Essa legislação não reduz as emissões de carbono, tornando-se a economia verde, mais um atrativo para decisores políticos, mas muito distante das realidades sociotécnicas (Gibbs & Neill, 2014).

Mesmo a relação do emprego com a economia verde, aumentando os postos de trabalho, como se verifica em alguns países, na Espanha chega a ser mesmo destruidora do emprego. Pelo contrário em outros países como a Alemanha, China, África do Sul, Estados Unidos e França é criadora do emprego. Se o crescimento da economia verde pode ser relevante para as economias de países pobres, só será defensável se existir uma reconciliação entre este tipo de economia, os recursos naturais e uma forma de subtrair a



pobreza, nomeadamente no setor primário, e caso isso não se verifique não terá qualquer impacto positivo para as populações e sua Sustentabilidade (Ge & Zhi, 2015; Barbier, 2016)

Existem autores que defendem uma alteração da linguagem e prática da economia verde, e do seu manifesto, para um modelo de economia azul da Sustentabilidade. Enquanto o manifesto verde se refere a firmes princípios ambientais, o modelo azul defende firmes princípios sociais, económicos, ambientais e culturais, sendo a cultura fundamental, porque é um conceito muito mais vasto que o crescimento/desenvolvimento, possui valores e cultiva a criatividade, por isso mesmo não pode ser separada das outras dimensões e só assim o Desenvolvimento é Sustentável. A economia que se designa por azul, pode e deve estabelecer pontes com a verde, dado alguma afinidade, dado que aquele modelo económico constitui uma bio-eco-economia e possui uma dinâmica de grande impacto social. (Werbach, 2010; Boff,2013; Bogdan et al.,2014).

Uma visão para os próximos vinte anos prevê-se a confluência de rápida mutação social, mudanças culturais, tecnológicas e geopolíticas, de tal forma que existirá um consumo de produtos de frutos do mar e o oceano é azul, possuindo riquezas incomparáveis, mesmo nas águas profundas do oceano global. A economia azul é um ótimo passo para o desenvolvimento, porque o seu objetivo é mudar a sociedade, considerando que a Terra é um planeta azul, a sua superfície está coberta em 71% por águas marinhas. A incapacidade para sustentar a biodiversidade e eliminar a pobreza, numa sociedade de consumo, que não protege os oceanos fundamentais para a sustentabilidade desta Terra Mãe, cujo céu e o oceano são azuis, e, por isso mesmo, só a economia azul poderá defender os recursos naturais (Kaczynski , 2011; Kathijotes, 2013).

Werbach e ao seu manifesto “Estratégia para a Sustentabilidade” (2009), possui um novo diálogo sobre a sustentabilidade. O furacão Katrina, constituiu o ponto para que alguns autores utilizassem a nomenclatura azul, em de verde, de forma a incorporar as vertentes económica, social, ambiental e cultural. Defendem uma nova estratégia para a sustentabilidade não baseada na economia verd”, mas contendo mais que isso, pois adiciona em conjunto com a vertente cultural, como se tem vindo a referir. Se até 1980, as empresas consideravam que a Sustentabilidade era gerar mais lucros para as empresas, agora é necessário, modelo azul, incluir a pobreza, a violência, a injustiça, a educação, a saúde pública, o trabalho e os direitos humanos (social), de forma a que as empresas satisfaçam as necessidades económicas e a transformem em lucro sustentável a produção

(economia), protegem e restaurem a terra, com a preservação dos recursos naturais e prevenção dos resíduos, valorizem a diversidade, a identidade dos povos e as suas tradições (cultura) (Paço, 2009; Werbach & Quarterly, 2009).

O movimento verde já gerou uma resistência dos consumidores aos produtos verdes, e gerou uma sua fadiga. O desafio da Sustentabilidade está carente de compromisso e experiência, ora tal estado torna necessário a evolução para algum outro paradigma que liberte a imaginação e a criatividade. O ser “verde” coloca o planeta no centro do diálogo, enquanto o “azul”, centra a sua atividade nas pessoas, onde exista um conjunto de indicadores que suportem e avaliem a Sustentabilidade, para um bem-estar humano (Werbach, 2008; Kaivo-oja et. al., 2014).

Almeida (2013) refere Werbach (2010), e a existência de dois manifestos: o verde e o azul e enquanto o verde se referem a princípios ambientais, o azul a princípios sociais, económicos, ambientais e culturais; no primeiro há limites e restrições, alimentos orgânicos, ação dos governos, nossa obrigação e nossa responsabilidade, esperança no planeta e este não pode sobreviver para os nossos filhos, enquanto no segundo manifesto, existem possibilidades e oportunidades, podemos usar os alimentos de modo sustentável, colaboração dos governos, do mercado e da comunidade, uma paixão e desejo, fé nas pessoas, mudança de comportamentos e agir e fazer alguma coisa, pelo presente e pelo amanhã.

**Tabela 2. 2**– Resumo dos Autores citados – Os Modelos Verdes e Azuis

Ano	Autor	Resumo
2008	Werbach	O “verde” coloca o planeta no centro, o “azul” coloca as pessoas no centro.
2009	Paço	Defende um sistema “azul”, por que incorpora as quatro componentes do desenvolvimento sustentável.
2009	Werbach & Quarterly	Defende um sistema azul, dado ter de existir uma nova estratégia para a sustentabilidade.
2011	Kaczynski	A terra é um planeta azul.

Ano	Autor	Resumo
2011	PNUMA	A economia verde reduz os riscos ambientais, é inclusiva e gera empregos.
2013	Almeida	Os manifestos Verde e Azul, com este a ser prosseguido pelas quatro componentes: economia, ambiente, social e cultural.
2013	Kathijotes	A economia azul é um ótimo passo para o desenvolvimento.
2014	Kaivo-oja et. al.	A medição de indicadores para o desenvolvimento da economia verde.
2014	Bogdan et al	A economia azul pode estabelecer pontes com a economia verde.
2014	Gibbs & Neill	A economia verde está distante das realidades socioeconómicas.
2015	Ge et al	Não se pode afirmar que existe uma relação entre a economia verde e o emprego.
2016	Loiseau et al	Os princípios da economia ambiental, circular e ecológica, são o chavão da economia verde, para os “políticos”.
2016	Arruda	A economia verde é um novo caminho capitalista.
2016	Barbier	A economia verde é relevante para a economia dos países pobres.

### 3.3 – Modelo Socialista Ecológico

Este modelo é muito baseado em Marx afirma quando afirma que o “consumo das sociedades capitalistas está baseado na acumulação obsessiva de bens”, por isso o eco socialismo é necessariamente uma reorganização do conjunto de modo de produção, sem o qual não existirá sustentabilidade. Argumentando que existe uma crise de civilização, fruto da qual é originada uma crise ecológica planetária, não será o modelo capitalista que a resolverá, nem, tão pouco, as multinacionais, que priorizando a acumulação de capital,

ofende os direitos humanos e o equilíbrio ecológico. Existe, pois, uma alternativa radical: e eco socialismo. Luta em defesa ecológica e por uma sociedade socialista, como oposição à ideologia produtivista do progresso, inspirando-se nos valores de liberdade, igualdade e solidariedade e toma o seu percurso contrário aos bons capitalistas verdes. (Kovel & Löwy, 2011).

Stephens (2009) ao referir-se ao livro “Environmental Culture” de Plumwood (2002) que defende ser a sustentabilidade para ser emergente deve possuir uma ética eco feminista de nutrição e apoio entre seres humanos e natureza não humana, que tal deve substituir as estruturas capitalistas e implementar as eco socialistas. Desenvolve todo o seu raciocínio numa ótica eco socialista democrática feminista, não oferece, porém, suficientes explicações para tal.

As existências de catástrofes ambientais apontam para a defesa do ambiente e do socialismo, uma visão ecológica marxista, um eco socialismo para vencer as desigualdades globais, sem que o ambiente e o planeta possam ser destruídos. Só com uma mudança profunda das relações sociais básicas se pode vencer a catástrofe ecológica, por que o capitalismo não tem soluções para tal. A política anti ecológica da antiga União Soviética não é o caminho e Estaline era mesmo anti ecológico. A sustentabilidade só pode ser encarada numa perspetiva democrática e ecológica, pode ser o eco socialismo, dentro de teoria marxista, as revoluções das formas da sociedade humana necessitam da experiência de século e meio da luta dos trabalhadores. (Davenport (2012)

Foster (2014) analisa o livro de Burkett (1999), “Marx and nature: A red and green perspective”, considera este, em variados aspetos, contextualizado historicamente o que é diferente de hoje, até por que naquele tempo se considerava, por exemplo, as alterações climáticas como sendo de ambientalistas e cientistas e agora é uma questão transversal a toda a sociedade. Marx e alguns ecos socialistas viam esta questão negativamente, enquanto no momento a defesa ecológica é de todo o planeta. Três críticas a Marx: visa a conquista da Natureza; rebaixa a contribuição da natureza para a produção; as contradições nada tinham em comum com as condições naturais de produção. O eco socialista verde já pairava nas análises dos marxistas, de tal forma que existiam pontes entre o “verde” e o “vermelho”, pelo que o livro referido constitui uma fase eco socialista de segunda fase, um verdadeiro socialismo ecológico. Seria esta crítica uma boa contribuição para uma ecologia-valor de análise sócio ecológica, tornando possível um movimento de avanço do eco socialismo (Burkett, 1999).

Gonick (2010) co - autor do “1.st Ecosocialist Manifesto” (2001) releva a importância do economista marxista de James O`Conor para a Sustentabilidade eco socialista, que implica duas contradições do capitalismo: uma, a superprodução em comparação com o consumo, outra, as condições da produção que causa a degradação da natureza. Tendo Marx concluído que existem três condições de produção: condições físicas – o solo, ar, água e outras matérias-primas; condições pessoais de produção – os trabalhadores e a sua qualidade de vida; as condições comuns de produção, as estradas, transportes e comunicações, conclui que a acumulação do capital prejudica efeitos como as alterações climáticas, as florestas, os lagos, rios e oceanos, por causa da superprodução o que esgota as matérias-primas. O eco socialismo é uma sociedade cuja produção é “ecocêntrica” quebrando o domínio do capital e projetando a defesa da sustentabilidade ambiental e o bem-estar numa agenda no futuro próximo”.

O “1.st Ecosocialista Manifesto” onde se afirma que sendo o capital insustentável, o eco socialismo marca a rotura com a crise ecológica capitalista, por que detém objetivos de produção num quadro ecológico. Já no “2nd Ecosocialist Manifesto” é referido que a humanidade não tem escolha, ou é eco socialista ou da barbárie, não pode existir mais destruição da natureza e o capitalismo é por natureza destrutivo e o eco socialismo uma transformação social e económica revolucionária, um socialismo verde. ( Kovel & Löwy, 2001).

**Tabela 2. 3–** Resumo dos Autores citados – Os Modelos Socialista Ecológico

Ano	Autor	Resumo do Autor
1999	Bukett	Tornou possível o avanço de eco socialismo
2001	Kovel & Löwy	O ecosocialismo marca uma rotura com o capitalismo, este gerou a crise ecológica.
2002	Plumwood	A sustentabilidade poderá ser incrementada por uma ética eco feminista
2009	Stephens	É necessária uma ética eco feminista e ainda o apoio aos seres não humanos, um eco socialista democrático, não é porém suficiente para implementação do eco socialismo

Ano	Autor	Resumo do Autor
2010	Gonick	Coautor do “Ecosocialist Manifesto” (2001), em que afirma que o capitalismo é insustentável, o ecosocialismo defende a sustentabilidade ambiental e bem-estar.
2012	Davenport	Verifica a crise ambiental e aponta na defesa do ambiente e do “eco socialismo”.
2012	Kovel & Löwy	A defesa ecológica é a defesa da sociedade socialista, nos valores da liberdade, igualdade e solidariedade
2014	Foster	A defesa do planeta é de todo o planeta e não só dos ambientalistas e cientistas. Analisa as opiniões de Bukett.

### 3.4 – Modelo da Economia Solidária

O termo “economia social” é igualmente tratado como “economia solidária” ou “economia comunitária” e poderá ser “privada ou pública”, sempre sem fins lucrativos, como as associações mutualistas, o “Montepio” ou as cooperativas, ou mesmo outras formas de colaboração (Garrido, 2016).

A economia social, como economia do terceiro setor, afirma-se como um modelo económico, determinante para a erradicação da pobreza e exclusão social e desenvolve-se por que estas determinantes existem e tendem a aumentar e nem o Estado e o Mercado possuem respostas eficazes para tal. Em Portugal existem 12 156 entidades, sendo 3 400 IPSS, e destas 393 misericórdias, o que representa 4% das empresas portuguesas e 4% do emprego, o que confere uma importância capital (Soares, et al, 2012).

Os valores da economia solidária, a partir de uma amostra a várias entidades, com três perfis: a solidariedade, o assalariamento e a instrumentação capitalista, partem da falência do modelo fordista-taylorista de produção, do estado de bem-estar social e da queda do bloco soviético, como apresentados na Tabela 2.4, de forma comparativa (Azambuja, 2016).

**Tabela 2. 4-** Princípios ideológicos e orientação na ação social de cada perfil ideológico

**Fonte:** Azambuja (2016)

<b>Princípios</b>	<b>Perfil de Solidariedade</b>	<b>Perfil de Assalariamento</b>	<b>Perfil de Instrumentação Capitalista</b>
Orientação na ação social	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consolidação do modelo de cooperativismo autogestionário</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir para si uma certa continuidade de lógica entre o modelo de assalariamento e o de cooperativismo</li> <li>• Individualismo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consolidação económica do empreendimento através da inserção pura e simples no mercado.</li> <li>• Meritocracia</li> <li>•</li> </ul>
Propriedade coletiva	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Igualdade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Individualismo</li> <li>• Produtividade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Controlo</li> </ul>
Processos de Participação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação</li> <li>• Igualdade</li> <li>• União</li> </ul>	Coleguismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cooperação</li> </ul>

A economia social existente tem uma alternativa de paradigma que é a Sustentabilidade, cujo conceito é de difícil compreensão, sendo necessário torna-lo mais tangível. O papel da Sustentabilidade para os empresários e trabalhadores e a necessidade da existência de várias ferramentas e iniciativas, são uma necessidade para a integração da economia social em todas as vertentes da Sustentabilidade. Os trabalhadores expressam valores de solidariedade, igualdade, participação e democracia, no perfil de solidariedade, no de assalariamento é uma atitude, uma continuidade, uma opção, uma liberdade, uma negação de posse, um cooperativismo, no de instrumentalização para que os trabalhadores expressem valores diferentes dos de uma economia solidária, pelo que na perspetiva da

economia solidária, os trabalhadores deverão ter a liberdade de escolherem o perfil de trabalho autogestionário (Lozano, 2008 ; Lozano, 2012).

No exemplo do Quebec, em 1995, em que a economia social e solidária nasceu de movimentos sociais, para ser uma alternativa ao modelo neoliberal”, foi enraizada depois do Fórum Social Mundial, em 2002. A economia social combina dois termos: a economia e o social, sendo que o primeiro se refere à produção e o segundo à rentabilidade social, e por isto considera que o setor público, como o privado, estão preparados para assegurarem a Sustentabilidade, dado que a economia social é para servir a comunidade e não tendo em si o objetivo lucrativo. A partir do século XIX por diferentes formas existiram movimentos dos trabalhadores no campo cooperativo e mutualista, e nada disso estava ligado ao estado e hoje. No Quebec ainda existe esse modelo cooperativo e mutualista, como a base da economia social. No entanto existem diversos desafios futuros, como garantir a existência do social e a solidariedade responder aos desafios do desenvolvimento, dado que só assim se fortalece uma visão económica que privilegia a solidariedade (Neamtan, 2012).

No Peru, um caso concreto de inovação da economia social e solidária, existem dimensões de contexto, processo e consequências, um programa de gestão de resíduos sólidos, impulsionada por moradores. Economia social e solidária são soluções inovadoras, ligadas ao social, ambiental e às crises económicas. Uma favela em Lima, com mais de 200 000 habitantes, que sem pagar impostos não possuem os serviços locais de recolha de resíduos. Em 2007 um grupo fundou uma organização do terceiro setor, afim de resolver a situação, tendo requerido ideias para esse fim aos habitantes. Verificou-se uma mudança social e institucional, em que as partes interessadas se envolveram, mesmo as externas, o que veio facilitar o acesso aos recursos, desenvolvimento e a autoestima, de tal forma que existiu uma correlação entre o “capital”, o “capital humano” e “novas capacidades”, do que resultou a uma estrutura de governo que solucionou o problema (Tello-Rozas, 2015).

Os significados da economia social ou como também se chama de economia do terceiro setor, como sendo uma questão de inovação social, de introdução da justiça social na economia globalizada contemporânea, reinventando a solidariedade na produção, redistribuindo a riqueza produzida, está dentro de uma economia de mercado onde existem os papéis do público, privado e terceiro setor. O vínculo da solidariedade é determinante para que novas forças sociais sejam alternativas e garantam a continuação



da solidariedade e da inclusão na sociedade, principalmente analisando o contexto francófono e anglo-saxão. A economia social, o terceiro setor, deve ser tanto incorporado na história global, como local, o seu desenvolvimento e as crises socioeconómicas, onde se incorporam laços sociais no cumprimento natural, psicológica e necessidades culturais. Inovação social tem o significado de novos contextos e de organizações diversas fundantes de uma nova economia e cultura, onde o desenvolvimento social seja sustentável, diferente daquele que no século XIX falhou, dado que uma necessidade importante é a financeira. O que a economia social deve sustentar é um compromisso pessoal e local, para atingir o global e o coletivo, numa perspetiva holística (Moulaert & Ailenei, 2005).

A ideia de um outro modelo económico a de comunhão é baseada em “carismas” de carácter religioso, Cristianismo, num “ágape”, como teologicamente se diz. São Bento e São Francisco estão ligados a este processo, dado que deram origem a obras de caridade e assistência, uma proposta económica com os pobres e que envolve 754 empresas nos cinco continentes. Esta economia de comunhão tem vários objetivos: uma parte dos lucros são reinvestidos; a criação de uma nova cultura entre homens e mulheres capazes de comunhão, para onde iriam parte dos lucros e outra parte diretamente para os pobres, o que é uma nova visão da sociedade. A economia de comunhão não consiste em filantropos ou um grande empresário, que “dá o seu supérfluo aos pobres”, mas aquela que toma o outro como um irmão ou uma irmã e que se ajudam mutuamente nos variados sentidos (Bruni & Héijj, 2011).

Os “Objetivos do Desenvolvimento do Milénio da ONU”, para reduzir a pobreza, incluindo o setor privado, como aliás consta da responsabilidade social corporativa, ditaram o desenvolvimento da economia de comunhão como modelo, dentro da “igreja católica”, mas ecuménica, em 1940. A economia capitalista não tem dado resposta às transformações económica, política e social, e o seu crescimento gera os novos pobres, assente na concorrência, por isso a inovação social é uma das características das soluções para resolver estas questões. A solidariedade inicia-se também no posto de trabalho com as práticas sociais de comunhão, sendo o objetivo principal eliminar a pobreza e ultrapassar as barreiras culturais (Garlow & Dugas, 2007).

**Tabela 2. 5**– Resumo dos Autores citados – Os Modelos Economia Solidária

<b>Ano</b>	<b>Autor</b>	<b>Resumo do Autor</b>
2005	Moulaert & Ailenei	Chama à economia social, economia do terceiro setor, a qual pode conviver com economias de outro tipo, aliás como será uma normalidade.
2007	Garlow & Dugas	Desenvolve o conceito de economia de comunhão, dentro da Igreja Católica Romana
2016	Azambuja	Define os valores da economia solidária, com três perfis: a solidariedade, o “assalariamento” e a “instrumentação capitalista”, que vem dar resposta à falência do estado social e soviético.
2011	Bruni & Héijj	Introduz um outro conceito de economia solidaria, mas de comunhão
2012	Neamtan	A economia social é uma alternativa ao neoliberalismo e foi construída depois do Fórum Social mundial, em 2012.
2012	Soares, et al	Denomina a “economia social” como “economia do terceiro setor”, e exemplica com Portugal, e este modelo económico erradica a pobreza e a exclusão social.
2015	Tello-Rozas	A economia social e solidaria, caso do Peru, ligam o ambiental, ao económico e social, chamando-lhe do “terceiro setor”.
2016	Guerra	Usa os termos de “economia social”, “economia solidária” e “economia comunitária”, podendo ser pública e privada.
2016	Garrido	Explica que o termo “economia social” é igualmente tratado como “economia solidária” ou “economia comunitária” e poderá ser “privada ou pública”, sempre sem fins lucrativos.

### **3.5 – Modelo “A Carta da Terra”**

Um outro paradigma comunitário da cultura da vida para viver bem, um modelo económico que os povos antigos possuíam, nada tinha de igual às teorias de mercado, crescimento económico, corporativismo, capitalismo e consumismo, que é o paradigma atual e que reforça o sentido de crise social, económica e política e mata a Mãe Terra. A proposta que se coloca a da cultura da vida, não individualista, mas social, que para além dos seres humanos sabe existirem outros seres que têm de ser respeitados, como um voltar ao início dos tempos. A cosmovisão, multiuniverso, é de uma importância elevada, que também faz parte da grande família comunitária, a Mãe Terra não está só, depende de todos os sistemas, somos interdependentes. Existem dois paradigmas: o ocidente e o do indígena originário, com dois extremos: um o individual extremo (individualismo) e outro coletivo extremo (comunista), todos com uma visão antropocêntrica, colocando assim o ser humano como único, quando no centro estão todos os seres, aquela visão origina uma pirâmide hierárquica, no cimo tem lugar o homem e a mulher, sendo esta subalternizada. O paradigma comunitário tem uma outra visão, por que defende a diferença na comunidade dos seres, que se traduz numa visão inclusiva, tudo está integrado numa cultura de vida. Os povos da Amazônia (Brasil), Mapuche (Chile), Kola (Argentina), Colômbia, Equador, e Perú, possuem este paradigma da cosmovisão de “Viver Bem” que se solidifica em “saber comer”, “saber beber”, “saber dançar”, “saber dormir”, “saber trabalhar”, “saber meditar”, “saber pensar”, “saber amar e ser amado”, “saber escutar”, “saber falar”, “saber sonhar”, “saber caminhar” e “saber dar e receber”, será construir um “socialismo comunitário em harmonia com a Mãe Terra (Mamani, 2010).

Propõe, este modelo, a existência de uma interculturalidade dentro do paradigma comunitário da cultura, tendo em consideração a vivência dos povos indígenas da América Latina, de acordo com estudo da Universidade Estatal da Costa Rica, que oferece alguns cursos a indígenas., para manter a Mãe Terra. Entende-se por interculturalidade uma relação imaginada de prática social, para o reconhecimento do indígena como parceiro do diálogo. A interculturalidade é entendida como uma relação entre as culturas e reconhece a plurinacionalidade, como uma alternativa nas lutas diárias dos povos e da natureza envolvida, uma utopia possível, numa parceria de saberes (Muñoz, 2011).

A United Nations Organization (2007) adoptou a “United Nations Declaration on the Rights of Indigenous Peoples General” onde declara que não existindo qualquer superioridade de povos, seja racial, religiosa, étnica, sexual e cultural, os povos indígenas

estão livres de qualquer jugo, reconhecendo estes como tendo sido vítimas de injustiças históricas, como por exemplo com as colonizações e expropriações, o que os impede de se desenvolverem de acordo com as suas necessidades e interesses. As suas políticas, economias, culturais, sociais, espirituais, história e filosofia, foram desrespeitados, pelo que para a sua sustentabilidade assegura as condições do seu desenvolvimento económico, cultural e social. Têm o direito à vida, à liberdade, integridade física e mental, pelo qualquer ato contra será considerado genocídio.

Esta declaração não é na prática reconhecida pela comunidade internacional, embora tenha aprovado e reconhecido os direitos dos povos indígenas, o que lançou a esperança sobre a sua história e desenvolvimento. No entanto, se não existir um caráter normativo e vinculante, poderá ter o destino de outras declarações da Nations United e ser ignorado. No referente à Austrália os indígenas, nomeadamente os aborígenes, ocupam um novo espaço, entre o público e o privado, o estado e o mercado, o local e o global, onde existe um misto formas de direito privado, em colaboração com o público e todas as partes interessadas, e de acordo com as soluções dos povos indígenas” A sustentabilidade assume o seu desenvolvimento económico e social, com mais riqueza para as comunidades, que é caracterizado por um desenvolvimento humano que cria um ambiente habilitador de vidas longas (Daher, 2008; Godden et al.,2008; Jain & Jain,,2013) .

A “Nations United, 2000” é uma integração das partes interessadas, para aplicação da ética e responde aos desafios atuais, da economia política, orientada pelas Nações Unidas, com base na globalização do Desenvolvimento Sustentável. Para que possa existir um futuro sustentável, justo e equitativo, haverá que existir um percurso educativo que nos levará à construção de sociedades democráticas baseadas na compreensão e que a beleza da Terra, possa ser para as nossas e gerações futuras (Clugston, 2002).

No livro de Leonardo Boff (2013), “La sostenibilidad – qué es y qué no es”, assume-se clareza na definição da sustentabilidade e a urgência de uma mudança paradigmática, baseada na “Nations United, 2000 (2012)”, da qual é um dos autores. A sustentabilidade é só possível quando a Mãe Terra tiver a ser respeitada, o fracasso do socialismo real e da ideologia capitalista e o aumento da desigualdade social, foram explanadas por Boff estratégias como a da sustentabilidade desejada, que é um rumo ao qual desejamos chegar: a dos povos indígenas. Existirá sempre uma insustentabilidade da atual ordem ecológico-social, se não existir uma relação entre os seres humanos e a Mãe Terra, por isso crítica o antropocentrismo e as perspectivas individualistas, contra as quais deverá

existir o paradigma do cuidado e da responsabilidade coletiva. Este é um novo paradigma civilizacional necessário para alterações na vida económica, social, ambiental e cultural, na defesa de Gaia, a Mãe Terra e do seu ecossistema. (Streit, 2014; Mata, 2016).

**Tabela 2. 6–** Resumo dos Autores Citados – Modelo A Carta da Terra

Ano	Autor	Resumo do Autor
2002	Clugston	Refere que a Nations United, 2000 (2012) como sendo o futuro sustentável e beleza da terra, com este modelo.
2007	United Nations Organization	Carta dos direitos dos indígenas, onde refere que cada povo pode viver com a sua economia e cultura.
2008	Daher	Afirma que a comunidade internacional reconheceu os direitos dos povos indígenas e lançou a esperança sobre a sua história e desenvolvimento, com a Carta sobre os Povos Indigenas.
2008	Godden et al	Refere o caso da Austrália onde os aborígenes, ocupam um espaço entre o público e o privado, o estado e o mercado, o local e o global.
2010	Mamani	Um outro paradigma “comunitário da cultura da vida para viver bem” nada tem de igual às teorias de mercado, crescimento económico, corporativismo, capitalismo e consumismo.
2011	Muñoz	O paradigma de uma interculturalidade, “comunitário da cultura”, contribui para um novo modelo de sustentabilidade.
2013	Boff	Expõe que existe uma “insustentabilidade” ecológico-social e aponta para esta “sustentabilidade desejada”.
2013	Jain & Jain	Carateriza o desenvolvimento humano para “criar um ambiente habilitador” de vidas longas.
2014	Streit	Analisa o livro de Boff (2013) e sustenta uma boa clarificação paradigmática sobre a Mãe Terra.

Ano	Autor	Resumo do Autor
2016	Mata	Refere Leonardo Boff (2013) como um “novo paradigma civilizacional que contribui para a defesa de Gaia, a Mãe Terra e do seu ecossistema.

#### 4 – Conclusão

Sendo possível obter algumas conclusões atendendo ao resumo de cada modelo, como é referido no Tabela 2.7.

**Tabela 2. 7– Síntese dos Vários Modelos**

Modelo	Resumo
Liberal e Neoliberal	Existem autores que colocam a possibilidade de dentro do liberalismo ou neoliberalismo existir “Desenvolvimento Sustentável”, embora refiram a necessidade de alterações, por exemplo através da economia circular. Outros autores dizem da inviabilidade de tal acontecer, por que a sua essência é contraditória, por exemplo ao excluir o desenvolvimento cultural ou ser oposto, por si próprio, à defesa do ambiente e da natureza.
Verde e Azul	Autores que defendem a economia verde, dado que reduz os riscos do ambiente e criam empregos, outros dizem que a “verde é um chavão” do neoliberalismo, enquanto a economia azul, que inclui a cultura na sustentabilidade, coloca as pessoas no centro, uma nova estratégia de sustentabilidade.

Modelo	Resumo
Socialista Ecológico	O “Ecosocialist Manifesto” afirma que o capitalismo é insustentável, por que não defende o ambiente, no entanto com a prática do socialismo real tornou verificável que o eco socialismo não possui todas as apetências que conduzam a um Desenvolvimento Sustentável eficaz.
Solidário	A economia solidária, social, do terceiro setor ou de comunhão é uma alternativa ao neoliberalismo, segundo alguns autores. Outros dizem que esta economia pode conviver com outras economias e que existem a privada, a pública e a do terceiro setor. Este modelo de economia muito assente em princípios cristãos, liga o económico, o social e o ambiental. Exemplos são as cooperativas, as mútuas, o Montepio e outras formas de organização que se quer sustentável.
Um Outro Modelo	Em volta da Nations United, 2000 (2012) e da Declaração da Nations United sobre os indígenas, nada possui em comum com o capitalismo, corporativismo e consumismo, mas debaixo de um paradigma cultural que liga os seres à Mãe Terra, a Gaia. Existe em alguns povos Latino-Americanos, sem estar muito difundida.

O presente estudo, demonstra que todos os modelos económicos possuem pela Sustentabilidade e seu Desenvolvimento uma apetência significativa, existe uma saliência bastante positiva entre os vários modelos. Se uns afirmam mais determinadas vertentes do que outros, notamos uma evolução em todos eles no sentido da sustentabilidade.

Assim:

- i) Nenhum modelo demonstra insensibilidade ao Desenvolvimento Sustentável;
- ii) Existe uma avaliação positiva em cada uma força necessária para uma evolução significativa em todas as vertentes do Desenvolvimento Sustentável;
- iii) Nem em todos os modelos se verificam os quatro pilares da sustentabilidade, nomeadamente o cultural;

- iv) Não é possível o “Desenvolvimento Sustentável” em todos os sistemas económicos, embora se perspetive um caminho para chegar a ele;
- v) Na multiplicidade de opiniões encontramos uma diversificada riqueza
- vi) Os modelos políticos e sociais existentes no nosso planeta não mostram conseguir a inclusão de todos os seres humanos e não-humanos;
- vii) Denotamos um interesse em todos os modelos na defesa da natureza, embora com metodologias diferentes;
- viii) As instâncias internacionais, nomeadamente a Nations United, a UNESCO ou a Nations United, 2000 (2012), estão interessadas no desenvolvimento do conceito da Sustentabilidade e estão a encorajar todos aqueles que trabalham para isso;
- ix) As várias ecologias não estão definitivamente aceites, embora em alguns modelos se verifiquem progressos nessa latitude.

Uma nota final que pensamos ser coerente com todos os autores, não existirá evolução da humanidade, nem Sustentabilidade, sem o rumo inclusivo ao Desenvolvimento Sustentável: na economia, no ambiente, nas questões sociais e culturais.

### **Bibliografia**

- Almeida, J. A. P. (2013). Da Saudabilidade à Certificação - Caso da Indústria Metalúrgica e Eletromecânica - Resumo da dissertação de Mestrado. *Atas do VI Encontro de Tróia - Qualidade, Investigação e Desenvolvimento (APQ)*, 92–122.
- Arraes, Ronaldo A . Diniz, Marcelo B. e Diniz, M. J. T. (2006). Curva ambiental de Kuznets e desenvolvimento econômico sustentável. *Revista De. Economia E Sociologia Rural*, 44, °3(1806–9479), 525–547. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032006000300008>
- Arruda, M. (2016). *Desafios Políticos del Acuerdo Climático de Paris*. (Editorial Verbo Divino. N.º 366. Junho., Ed.). Navarra (Espanha). 56-66.
- Azambuja, L. R. (2016). The Values of Solidarity Economy. *Revista Sociologias Da Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul (UFRGS)*, 282 – 317. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222009000100012>
- Barbier, E. B. (2016). Is green growth relevant for poor economies? *Resource and Energy Economics*, 45, August, 178–19. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.reseneeco.2016.05.001>



- Boff, L. (2013). *La Sostenibilidad - Qué es y qué no es*. Cantabria -: Editoria Sal Terrae.
- Bogdan, A., Istudor, N., Gruia, R., Tobă, G. F., Bulz, N., Gâf-Deac, I., ... Paşalău, C. (2014). New Holistic Approach of Bioeconomics and Ecoeconomics Theories, Practical Bridging from the Green Economy to Blue Economy, Trough New Integrated and Innovative Paradigm about “Bio-eco-geo-economy.” *Procedia Economics and Finance*, 8(14), 83–90. [https://doi.org/10.1016/S2212-5671\(14\)00066-5](https://doi.org/10.1016/S2212-5671(14)00066-5)
- Boulanger, P.-M. & Bréchet T. P. M. (2005). Models for policy-making in sustainable development: The state of the art and perspectives for research. *Ecological Economics*, 55(3), 337–350. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2005.07.033>
- Bruni, L., Héijj, T. (2011). The Economy of Communion.: How Solidarity and Subsidiarity Can Work Together. *Pontifical Academy of Social Sciences*, 14, 527–534.
- Burkett, P. (1999). Marx and nature: A red and green perspective. *Links Journal of Socialist*.
- Castree, N. (2006). From neoliberalism to neoliberalisation: Consolations, confusions, and necessary illusions. *Environment and Planning A*, 38(1), 1–6. <https://doi.org/10.1068/a38147>
- Clugston, B. R. M., Calder, W., & Corcoran, P. B. (2002). Teaching sustainability with Nations United, 2000. *Teaching Sustainability at Universities: Towards Curriculum Greening*, 76n. ° 1, (1987), 35-53.
- Daher, Zalaquett, J. (2008). La Declaración de Naciones Unidas sobre Derechos de los Pueblos Indígenas. *Anuario de Derechos Humanos*, (4), 139 – 148. <https://doi.org/10.5354/0718-2279.2008.13508>
- Davenport, N. (2012). Toward a Sustainable Society: A Marxist Ecological Vision. *Against the Current*. 27 (5,3p.), 9–11. <https://doi.org/Academic Search Complete>.
- Duroy, Q. (2014). Neoliberal Europe: Enabling Ethno-Cultural Neutrality or Fueling Neo-Nationalist Sentiment? *Journal of Economic Issues*, 48(2), 469–476. <https://doi.org/10.2753/JEI0021-3624480221>
- Falconi, F. (2015). Thomas Piketty: El Capital en el Siglo XXI. *Revista de Ciencias Sociales. Falconi, Fander (2015). Íconos. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Ecuador, Número 52*, 183 – 187.
- Foster, J. B. (2014). Paul Burkett’s Marx and Nature Fifteen Years After. *Monthly Review*, 66, n.º 7, 56 – 62.
- Garrido, A. (2016). Uma história da Economia Social. Tinta-da-china. Lisboa.
- Garlow, E. & Dugas, J. (2007). Key Connections for a “Way of Communion”: Linking the Economy of Communion Project to Corporate Social Responsibility and

Workplace Democracy” Elizabeth Garlow. *Political Science*, 1–177.  
<https://doi.org/http://www.ecodicom.net/tesi/Tesi07/070603EG.pdf>

Ge, Y., & Zhi, Q. (2015). Literature review: The green economy, clean energy policy and employment. School of Government, School of National Fiscal Development, Research Center for Climate and Energy Finance. Central University of Finance and Economics, *Energy Procedia*, 88, 257–264.  
<https://doi.org/10.1016/j.egypro.2016.06.159>

Gibbs, D., & Neill, K. O. (2014). Geoforum Building a green economy? Sustainability transitions in the UK building sector. *Geoforum*, 59, 133–141.  
<https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2014.12.004>

Godden, L., Langton, M., Mazel, O., Tehan, M. (2008). Accommodating Interests in Resource Extraction: Indigenous Peoples, Local Communities and the Role of Law. Economic and Social Sustainability. *Journal of Energy & Natural Resources Law*, 26(1), 1–30. <https://doi.org/https://doi.org/10.1080/02646811.2008.11435176>

Gonick, C. (2010). Exploring, Ecosocialism as a System of Thought. *Canadian Dimension, SeEC2010*, 44(5), 36–42.

Hansmann, R., Mieg, H. A., & Frischknecht, P. (2012). Principal sustainability components: Empirical analysis of synergies between the three pillars of sustainability. *International Journal of Sustainable Development and World Ecology*, 19(5), 451–459. <https://doi.org/10.1080/13504509.2012.696220>

Haque, M. S. (1999). The Fate of Sustainable Development Under Neo-Liberal Regimes in Developing Countries. *International Political Science Review*, 20(2), 197–218.  
<https://doi.org/10.1177/0192512199202005>

Harris, J. M. (2000). Basic Principles of Sustainable Development. Global Development and Environment Institute. G-DAE Working Paper No. 00-04 *Tufts University*, (June), 26. 1-26.

Hribar, M. Š., Bole, D., & Pipan, P. (2015). Sustainable Heritage Management: Social, Economic and Other Potentials of Culture in Local Development. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 188, 103–110. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2015.03.344>

Jain, P., & Jain, P. (2013). Sustainability assessment index: A strong sustainability approach to measure sustainable human development. *International Journal of Sustainable Development and World Ecology*, 20(2), 116–122.  
<https://doi.org/10.1080/13504509.2013.766910>

Kaczynski, W. (Vlad) M. (2011). The Future of Blue Economy: Lessons For European Union. *Foundations of Management*, 3(1), 21–32. <https://doi.org/10.2478/v10238-012-0033-8>

Kaivo-oja, J., Panula-ontto, J., Vehmas, J., & Luukkanen, J. (2014). Relationships of the dimensions of sustainability as measured by the sustainable society index framework. *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, 21(1), 39–45. <https://doi.org/10.1080/13504509.2013.860056>

- Kathijotes, N. (2013). Keynote: Blue Economy - Environmental and Behavioural Aspects Towards Sustainable Coastal Development. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 101, 7–13. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2013.07.173>
- Kovel, J. & Löwy M. (2001). An Eco-Socialist Manifesto'. <https://doi.org/Kovel, J. and M. Lo> <http://greenfrombelow.wordpress.com/an-eco-socialist-manifesto/>.
- Kovel, J., Löwy M. (2011). “O 1 st Ecosocialista Manifesto”. <http://green.left.sweb.cz/frame/Manifesto.html>. Em linha. [Consultado em 6/9/2016].
- Lambin, J. (2009). Capitalism and Sustainable Development. *Symphonya. Emerging Issues in Management*, (2), 3–9. <https://doi.org/10.4468/2009.2.02lambin>.
- Lee, N. & Kirpatrick (2001). Methodologies for Sustainability impact assessments of proposals for new trade agreements. Institute for Development Policy and Management. *Journal of Environmental Assessment Policy and Management*, Vol. 3, No 3. ISSUE: STRATEGIC ASSESSMENT TOOLS (), 395–412.
- Loiseau, E., Saikku, L., Antikainen, R., Droste, N., Hansjürgens, B., Pitkänen, K., Thomsen, M. (2016). Green economy and related concepts: An overview. *Journal of Cleaner Production*, 139, 361–371. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.08.02>
- Lozano, R. (2008). Envisioning sustainability three-dimensionally. *Journal of Cleaner Production*, 16 (17), 1838 – 1846. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2008.02.008>
- Lozano, R. (2012). Towards better embedding sustainability into companies' systems: An analysis of voluntary corporate initiatives. *Journal of Cleaner Production*, 25, 14–26. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2011.11.060>
- McCarthy, J. and Prudham, S. (2004). Neoliberal nature and the nature of neoliberalism. *Geoforum*, volume 35 (3, May 2004), 275 – 283.
- Mamani, F. H. (2010). Buen Vivir / Vivir Bien Filosofía, políticas, estrategias y experiencias Regionales andinas. *Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas – CAOI*, 654 – 2 (2), 2 – 3. [https://doi.org/http://www.dhl.hegoa.ehu.es/ficheros/0000/0535/Vivir\\_Bien\\_1\\_.pdf](https://doi.org/http://www.dhl.hegoa.ehu.es/ficheros/0000/0535/Vivir_Bien_1_.pdf)
- Mata, A. M. R. F. R. (2016). *A globalização e o novo paradigma civilizacional: a perspectiva de Leonardo Boff - Dissertação de Mestrado*. Universidade de Évora.
- Mathews, J. A., & Tan, H. (2011). Progress toward a circular economy in China: The drivers (and inhibitors) of eco-industrial initiative. *Journal of Industrial Ecology*, 15(3), 435–457. <https://doi.org/10.1111/j.1530-9290.2011.00332.x>
- Moulaert, F., & Ailenei, O. (2005). Social economy, third sector and solidarity relations: A conceptual synthesis from history to present. *Urban Studies*, 42 (11), 2037 – 2053. <https://doi.org/10.1080/00420980500279794>
- Muñoz, Z. X. (2011). La interculturalidad como relación imaginada y práctica social: experiencias con y desde los pueblos indígenas en América Latina. *Cuadernos*

<https://doi.org/https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5089033>

- Nations United, General Assembly 2000. (2012). The Future we want (Resolution adopted by the General Assembly on 27 July 2012). *United Nations*, (January), 53. <https://doi.org/A/RES/66/288>
- Nations, United Organization. (2000). Nations United, 2000. In U. Nations (Ed.). [https://doi.org/http://www.unesco.org/education/tlsf/mods/theme\\_a/img/02\\_earthcharacter.pdf](https://doi.org/http://www.unesco.org/education/tlsf/mods/theme_a/img/02_earthcharacter.pdf)
- Nations, United Organization. (2007). United Nations Declaration on the Rights of Indigenous Peoples General. <https://doi.org/http://www.converge.org.nz/pma/decrips.htm>
- Neamtan, N. (2012). The Social and Solidarity Economy: Towards an “Alternative” Globalisation. *Citizenship and Globalization: Exploring Participation and Democracy in a Global Context*, 1–15.
- Paço, A. M. F. (2009). Adam Werbach, Estratégia para a Sustentabilidade. Um Manifesto de Negócios. *Harvard Business Press, Boston, Massachusetts.*, 6 (2), 187 – 188.
- Pearce D.W. & Atkinson, G. D. (1993). Capital theory and the measurement of sustainable development: an indicator of “weak” sustainability. *Ecological Economics*, V. 8 (2, October 1993), 103 – 108.
- Piketty, T. (2013). *O Capital no século XXI*. (E. C. de Leitores, Ed.) (1.ª Edição). Lisboa. 130,785,885.
- Pirages, D. (1977). The Sustainable Society: Implications for Limited Growth. *Praeger Publishers, New York, NY*.
- Plumwood, V. (2002). Environmental Culture. *Human Ecology Review*, 10, (1) ° 77-81. <https://doi.org/10.1007/s13398-014-0173-7.2>
- PNUMA. (2011). Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza – Síntese para Tomadores de Decisão. In [www.unep.org/greeneconomy](http://www.unep.org/greeneconomy). <https://doi.org/www.unep.org/greeneconomy>.
- Rajeev, A., Pati, R. K., Padhi, S. S., & Govindan, K. (2017). Evolution of sustainability in supply chain management: A literature review. *Journal of Cleaner Production*, 162, 299–314. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2017.05.026>
- Remigijus, C., Ramanauskiene J., M. B. (2009). The Concept of Sustainable Development and its Use for Sustainability Scenarios. *University, Kaunas Faculty of Faculty of Economics and Management, Vol. 62, N. ° 2. (1392–2785 Inzinerine Ekonomika–Engineering Economics (2))*, 27–37.

- Robèrt K.-H; Schmidt-Bleek B.; Lardere J. A.; Basile, G. (2001). Strategic sustainable development — selection, design and synergies of applied tools. *Journal of Cleaner Production*, Volume 10, Edição 3. 197 – 214.
- Skouloudis, Antonis & Evangelinos, Konstantinos To. (2012). A research design for mapping national CSR terrains. *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, 19(2), 130–143. <https://doi.org/https://doi.org/10.1080/13504509.2011.606338>
- Soares, C., Fialho, J., Chau, F., Gageiro, J., & Pestana, H. (2012). A Economia Social e a sua Sustentabilidade como Fator de Inclusão Social, 315. Retrieved from <http://www.poatfse.qren.pt/upload/docs/Diversos/ESTUDOS/Relatorio Final.pdf>
- Stephens, P. H. G. (2009). Selfhood and Sustainability. *ETHICS & THE ENVIRONMENT*, Indiana University. Journals Manager, Indiana University Press, 601 N. Morton St., Bloomington, 14(2), 57–73.
- Streit, J. A. C. (2014). Sustentabilidade: O Que É, O Que Não É de Leonardo Boff. *Revista de Administração Contemporânea – Universidade de Brasília*. Curitiba, 18 n.º 3, 368 – 370. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1590/1982-7849rac20141400>
- Tello-Rozas, S. (2015). Inclusive Innovations Through Social and Solidarity Economy Initiatives: A Process Analysis of a Peruvian Case Study. *International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 27(1), 61–85. <https://doi.org/https://link.springer.com/article/10.1007/s11266-015-9606-y>
- Underwood D. A., Hackney D. D., F. D. (2015). Criteria for Sustainable Community Economic Development: Integrating Diversity and Solidarity into the Planning Process. *Journal of Economic Issues*, V. 49, 201(4), 1112–1123. <https://doi.org/https://doi.org/10.1080/00213624.2015.1105050>.
- Werbach, A. (2008). Seeing Green? Maybe it's Time to go Blue. *International Journal of Sustainable Development & World Ecology/Advertising Age*, 79(18), 44–51
- Werbach, A. & Quarterly, M. (2009). When sustainability means more than green. *Harvard Business Press*.
- Werbach. (2010). *Estratégia para a Sustentabilidade – Uma nova forma de Planejar sua Estratégia Empresarial*. (Elsivier Editora Lda, Ed.). São Paulo – Brasil
- Wilkinson, G. (2016). Marketing in Schools, Commercialization and Sustainability: Policy Disjunctures Surrounding the Commercialization of Childhood and Education for Sustainable Lifestyles in England. *Source: Educational Review*, 68(1), 56–70. <https://doi.org/https://doi.org/10.1080/00131911.2015.1058750>